

Município de
Cabeceiras de Basto



**CONTAS
CONSOLIDADAS**

2024



1. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

1.1 - INTRODUÇÃO

Em cumprimento do estabelecido no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, vem o Município de Cabeceiras de Basto apresentar as contas consolidadas relativas ao ano económico de 2024.

O artigo 75.º do citado diploma legal, prevê a obrigatoriedade de os municípios apresentarem contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas. O grupo autárquico é composto pelo Município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que esse controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

O objetivo das contas consolidadas é expressar a posição de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal.

Assim, teremos uma visão global da atividade e do equilíbrio financeiro do município, incluindo os setores que controla indiretamente.

No caso do Município de Cabeceiras de Basto, o perímetro de consolidação estende-se à Régie Cooperativa Basto Vida (detida em 80% pelo Município) e à Régie Cooperativa Terra Mais Verde (detida pelo município em 65%).

As demonstrações financeiras consolidadas e demais elementos de prestações de contas relativos ao exercício de 2024 foram preparados de acordo com o novo referencial contabilístico - SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro.

Entidades do grupo autárquico, perímetro de consolidação e métodos de consolidação

O atual âmbito da Lei das Finanças Locais (art.º75 da Lei nº 73/2013) estabelece que “o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades”.

De seguida, no quadro 1, apresentam-se as entidades participadas pelo município e é indicado o respetivo método de consolidação utilizado.

Entidades Participantes		Participação		Incluída	Método
Tipo	Denominação	Valor	%		
Sociedade Anónima	Municípiã, SA	4 987,98 €	0,15%	não	
Associação de Desenvolvimento Regional	ADR	29 326,83 €	4,45%	não	
Regie-Cooperativa	Regie Cooperativa "Terra + Verde"	65 000,00 €	65,00%	sim	Integral
Cooperativa	TCR - Desenv. e Promoção de Turismo Cultural e Religioso, CRL	5 000,00 €	2,85%	não	
Empresa de capitais maioritariamente privados	RESINORTE	70 348,00 €	0,88%	não	
Regie-Cooperativa	Basto Vida- Serviços de Acção Social e Cuidados de Saúde Cooperativa IPR, Lda	2 000,00 €	80,00%	sim	Integral

Recursos Humanos

O grupo autárquico, a 31 de Dezembro de 2024, conta com um conjunto de colaboradores, conforme quadro abaixo indicado, de forma a atenderem à prossecução das suas atividades da forma mais eficiente possível.

Quadro 2- Recursos Humanos

Denominação	N.º de colaboradores
Regie Cooperativa "Terra + Verde"	0
Basto Vida- Serviços de Acção Social e Cuidados de Saúde Cooperativa IPR, Lda	73
Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto	402
Total	475



1.2 - ACTIVIDADES

Município de Cabeceiras de Basto

Ao longo do ano de 2024, a atividade municipal teve como principal objetivo o cumprimento do Plano de Atividades e Orçamento aprovados.

Dotado de uma vasta agenda cultural, desportiva e social, diversificada e inclusiva, foram muitos os momentos, com iniciativas dos diferentes setores de atividade que aconteceram ao longo do ano, assumindo especial relevância nas dinâmicas do dia a dia e da própria vivência em sociedade, deixando a sua marca na mente dos cabeceirenses e não só.

A Câmara Municipal continuou a apoiar as famílias com a atribuição de apoios à natalidade, bolsas de estudo e auxílios económicos.

Apoiado foi igualmente o movimento associativo cabeceirense, quer através de protocolos de colaboração, quer através de contratos-programa.

Para além das obras de reparação e manutenção de edifícios, equipamentos e espaços públicos, destacam-se em 2024 as seguintes obras:

- Continuação da Requalificação da escola EB1 e JI de Lameiros para centro de formação de sapadores florestais;
- Continuação da construção do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia (CROAC);
- Conclusão da obra do Centro Comunitário de Cavez;
- Conclusão da obra de Requalificação do topo norte do Parque Urbano de Cabeceiras de Basto;
- Conclusão da beneficiação da Unidade Turística da Veiga (Casão Florestal);
- Requalificação do gaveto da Rua de S. Sebastião;
- Execução de passeios na Avenida Rei D. Manuel I;
- Ampliação da rede de drenagem de águas residuais nos Lugares da Devesa;
- Ampliação da rede de drenagem de águas residuais nos Lugares de Olela;
- Início dos trabalhos de alargamento da Rua da Barca, no Arco de Baulhe;
- Instalação de Painéis Fotovoltaicos em diversos equipamentos Municipais.

Foi dada continuidade à na modernização dos sistemas de abastecimento de água, com ações de limpeza e higienização de reservatórios e captações de água em diferentes freguesias.



Basto Vida

A Basto Vida, ao longo do ano de 2024, realizou diversas atividades, em todas as áreas da sua intervenção, nomeadamente, ação social e saúde, educação e formação e parcerias institucionais. A sua atividade veio dar resposta e apoiar muitas famílias cuja debilidade económica ou social as impede de vencer dificuldades ou encontrar as melhores soluções para os seus problemas. Pretendeu a Basto Vida contribuir para o aumento da qualidade de vida das populações promovendo o envelhecimento ativo, saudável e sustentado, através da dinamização de dezoito Espaços de Convívio e Lazer, mas também da dinamização do Posto Móvel de Atendimento ao Cidadão, do Serviço de Audiologia, “Loja Social”, entre outros.

A Unidade de Cuidados Continuados da Basto Vida, tem como principal objetivo a prestação de cuidados adequados, de saúde e apoio social, a indivíduos que independentemente da idade se encontrem em situação de dependência, por patologia aguda e/ou crónica com défice de autonomia nas atividades de vida diária, com critérios específicos para o processo de reabilitação, num período compreendido entre os 30 a 90 dias. Baseando a sua intervenção no princípio dos 3 R's - **Reabilitação, Readaptação e Reinserção.**

A Unidade de Cuidados Continuados da Basto Vida registou uma taxa de ocupação sempre muito próxima de 100% no ano de 2024, tornando-se uma resposta atual às necessidades de cuidados de saúde.

Ao longo de 2024, foram ainda levadas a cabo, algumas iniciativas, no âmbito do Projeto Cuidar+, cuja missão é prestar cuidados adequados de saúde e apoio psicossocial a todas as pessoas que se encontrem em situação de vulnerabilidade, designadamente: Diagnóstico de situações; Sessões de formação; Capacitação de famílias; Visitas Domiciliárias (apoio psicológico e social).

Terra Mais Verde

Relativamente à Terra Mais Verde, esta Régie Cooperativa não realizou atividades de carácter relevantes.

1.3 ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus leitores/utilizadores para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados consolidados.



1.3.1 Balanço

Em 2024 o ativo das contas consolidadas do Município de Cabeceiras de Basto atingiu os 88 milhões de euros. Do total do ativo 92 % constitui o ativo não corrente e 8 % o ativo corrente.

Os ativos fixos tangíveis representam 92% do total do ativo.

As dívidas de terceiros representam 1% do ativo.

Quadro 3- Constituição do ativo

RUBRICAS	31/12/2024 SNC-AP	31/12/2023 SNC-AP
ACTIVO		
Activos não correntes		
Activos fixos tangíveis	80 909 190	81 719 122
Activos intangíveis	10 300	20 411
Participações financeiras	477 925	477 925
Outros activos financeiros	16 816	17 181
Outras contas a receber	254 950	254 647
	81 669 181	82 489 286
Activo corrente		
Inventário	257 365	277 820
Activos biológicos	0	0
Devedores por transferencias e subsidios	42 814	0
Devedores por empréstimos bonificados	0	0
Cientes, contribuintes e utentes	453 189	418 902
Estado e outros entes públicos	23 298	8 676
Outras contas a receber	1 274 832	1 332 885
Diferimentos	15 868	670
Activos financeiros detidos para negociação	0	0
Outros activos financeiros	0	0
Caixa e depósitos	4 627 706	3 399 796
	6 695 072	5 438 748
Total do Activo	88 364 254	87 928 034

Quadro 4 - Constituição do passivo

RUBRICAS	31/12/2024 SNC-AP	31/12/2023 SNC-AP
PASSIVO		
Passivo não corrente		
Provisões	263 695	281 945
Financiamentos obtidos	1 899 883	2 740 731
Fornecedores de investimentos		
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		
Outras contas a pagar	197 490	211 908
	2 361 069	3 234 584
Passivo corrente		
Credores por transferências e subsídios concedidos		
Fornecedores	351 356	377 278
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0	0
Estado e outros entes públicos	227 616	183 130
Financiamentos obtidos	456 437	0
Fornecedores de investimentos	0	5 867
Outras contas a pagar	1 977 370	1 879 327
Diferimentos	170 390	170 390
Passivos financeiros detidos para negociação	0	0
Outros passivos financeiros	0	0
	3 183 168	2 615 993
Total do passivo	5 544 237	5 850 576

Em relação ao passivo, as contas consolidadas do Município fecharam com um valor de 5,5 milhões de euros, sendo constituído em 43% por passivo não corrente e em 57% por passivo corrente.

O Património Líquido do grupo municipal totaliza 82,8 milhões de euros, no final de 2024.

1.3.2 - Demonstração de resultados

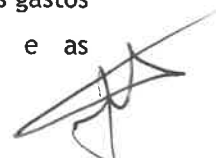
A demonstração de resultados por natureza permite observar a atividade do grupo Municipal de Cabeceiras de Basto, numa ótica de gastos e rendimentos incorridos durante o período em análise, evidenciando-os de maneira a permitir uma rápida constatação do montante e da forma como foi gerado o resultado obtido no exercício.

A demonstração de resultados apresenta um resultado líquido negativo na ordem de 898 mil euros.

Quadro 5- Evolução dos gastos

Gastos			Variação
	31/12/2024	31/12/2023	2023/2024
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	769 437	763 164	1%
Fornecimentos e serviços externos	6 301 762	5 773 780	9%
Gastos com pessoal	10 093 167	8 480 058	19%
Transferências e subsídios concedidos	1 839 573	1 688 761	9%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	4 248	0	
Outros gastos e perdas	143 911	75 809	90%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3 338 450	3 475 240	-4%
Juros e gastos similares suportados	131 197	123 699	6%
Total	22 621 745	20 380 511	11%

À semelhança dos anos anteriores, as rubricas que continuam a ter maior peso na estrutura dos gastos são os fornecimentos e serviços externos (28%), os gastos com o pessoal (45%) e as depreciações/amortizações do exercício (15%).



Apresenta-se, de seguida, a análise aos rendimentos de 2024.

Quadro 6- Evolução dos rendimentos

Rendimentos			Variação 2023/2024
	31/12/2024	31/12/2023	
Impostos e taxas	3 057 648	2 854 090	7%
Vendas	637 544	569 408	12%
Prestações de serviços e concessões	2 671 199	2 563 506	4%
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	13 655 346	11 724 687	16%
Trabalhos para a própria entidade	270 359	253 605	7%
Provisões (aumentos/reduções)	18 250	12 553	45%
Outros rendimentos e ganhos	1 402 284	3 155 700	-56%
Juros e rendimentos similares obtidos	12 108	5 456	122%
Total	21 724 738	21 139 006	3%

1.4 - Previsão/Evolução Futura

O Grupo Municipal é constituído pelo Município de Cabeceiras de Basto, a Régie Cooperativa Basto Vida e a Régie Cooperativa Terra Mais Verde.



2-DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL

RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						2023
		R.P	R.G	U.E	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL	
RA01	Saldo de gestão anterior	1 035 473		1 407 859	127 394	734 171	3 304 898	3 150 757
RD1	Operações orçamentais [1]	1 035 473		1 407 859	127 394	-	2 570 727	2 317 299
RI02	Devolução do saldo oper. orçamentais							
RI04	Recebimento do saldo devolvido por terceiros							
RI03	Operações de tesouraria [A]					734 171	734 171	833 458
RA02	Recita corrente	20 636 974	-	23 001	-	-	20 659 975	18 196 809
R1	Recita fiscal	2 161 930					2 161 930	2 035 875
RI.1	Impostos diretos	2 156 332					2 156 332	2 030 218
RI.2	Impostos indiretos	5 597					5 597	5 586
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e	-					-	-
R3	Taxas, multas e outras penalidades	872 599					872 599	827 292
R4	Rendimentos de propriedade	743 252					743 252	703 571
R5	Transferências e subsídios correntes	14 099 412		23 001			14 122 413	11 944 877
RS.1	Transferências correntes	14 099 412		23 001			14 122 413	11 944 877
RS.1.1	Administrações Públicas	13 487 927		23 001			13 510 928	11 560 337
RS.1.1.1	Administração Central - Estado Português	9 824 785		23 001			9 847 786	8 683 448
RS.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	3 725 325					3 725 325	3 018 209
RS.1.1.3	Segurança Social	-					-	226 969
RS.1.1.4	Administração Regional	-					-	-
RS.1.1.5	Administração Local	-					-	-
RS.1.2	Exterior - U.E	-					-	-
RS.1.3	Outras	16 250					16 250	16 250
RS.1.5	Administração Local	-					-	0
RS.2	Subsídios correntes	-					-	-
R6	Venda de bens e serviços	2 584 580					2 584 580	2 556 104
R7	Outras receitas correntes	175 202					175 202	129 090
RA03	Recita de capital	2 281 452		475 362			2 756 814	2 868 361
R8	Venda de bens de investimento	67 973					67 973	55 709
R9	Transferências e subsídios de capital	2 208 406		475 362			2 683 768	2 812 652
R9.1	Transferências de capital	2 208 406		475 362			2 683 768	2 812 652
R9.1.1	Administrações Públicas	1 977 537		475 362			2 452 899	2 298 486
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	1 968 105		475 362			2 438 467	2 284 662
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	14 432					14 432	13 824
R9.1.1.3	Segurança Social	-					-	-
R9.1.1.4	Administração Regional	-					-	-
R9.1.1.5	Administração Local	-					-	-
R9.1.2	Exterior - U.E	-					-	-
R9.1.3	Outras	230 868					230 868	514 166
R9.2	Subsídios de capital	-					-	-
R10	Outras receitas de capital	5 074					5 074	-
RA04	Recita eletiva [2]	22 918 515		498 363	-	-	23 416 878	21 065 170
RI1	Reposições não abatidas aos pagamentos	89		-	-	-	89	-
RA05	Recita não efetiva [3]				72 026	-	72 026	248 882
RI2	Recita com ativos financeiros	-			-	-	-	-
RI3	Recita com passivos financeiros	-			72 026	-	72 026	246 862
RA06	Soma [4]-[1]-[2]-[3]	23 953 988		1 906 223	199 420	-	26 059 631	23 135 607
ROT1	Operações de tesouraria [B]					106 856	106 856	112 121
DA01	Despesa corrente	17 685 017		-			17 685 017	15 932 946
D1	Despesas com o pessoal	10 011 922					10 011 922	8 405 711
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	7 795 062					7 795 062	6 453 759
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	267 182					267 182	172 867
D1.3	Segurança social	1 949 678					1 949 678	1 779 086
D2	Aquisição de bens e serviços	6 694 469					6 694 469	6 326 018
D3	Juros e outros encargos	131 912					131 912	118 442
D4	Transferências e subsídios correntes	808 396					808 396	1 018 539
D4.1	Transferências correntes	764 825					764 825	984 539
D4.1.1	Administrações Públicas	472 136					472 136	451 258
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português							
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades							
D4.1.1.3	Segurança Social							
D4.1.1.4	Administração Regional							
D4.1.1.5	Administração Local	472 136					472 136	451 258
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	177 234					177 234	131 665
D4.1.3	Famílias	115 455					115 455	401 616
D4.1.4	Outras							
D4.2	Subsídios Correntes	43 570					43 570	34 000
D5	Outras despesas correntes	38 319					38 319	64 236
DA02	Despesa de capital	3 597 662		-	-		3 597 662	4 142 973
D6	Aquisição de bens de capital	2 558 909					2 558 909	3 478 857
D7	Transferências e subsídios de capital	1 038 753					1 038 753	664 116
D7.1	Transferências de capital	1 038 753					1 038 753	664 116
D7.1.1	Administrações Públicas	51 360					51 360	40 000
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português							
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades							
D7.1.1.3	Segurança Social							
D7.1.1.4	Administração Regional							
D7.1.1.5	Administração Local	51 360					51 360	40 000
D7.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	745 786					745 786	472 014
D7.1.3	Famílias	241 608					241 608	152 102
D7.1.4	Outras							
D7.2	Subsídios de capital							
D8	Outras despesas de capital							
DA03	Despesa efetiva [5]	21 282 679		-	-		21 282 679	20 075 920
DA04	Despesa não efetiva [6]	469 317					469 317	488 961
D9	Despesa com ativos financeiros	1 331					1 331	1 659
D10	Despesa com passivos financeiros	467 986					467 986	487 302
DA05	Soma [7]-[5]-[6]	21 751 996		-	-	-	21 751 996	20 564 880
DOT1	Operações de tesouraria [C]					82 627	82 627	210 861
DA06	Saldo para a gestão seguinte	1 668 941		1 906 223	199 420	758 947	4 533 530	3 305 444
DA07	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	2 201 992		1 906 223	199 420	-	4 307 635	2 570 726
DA08	Operações de tesouraria [D] = [A]-[B]-[C]					758 947	758 947	734 717
DA09	Saldo global [2] - [5]	1 635 925		498 363			2 134 288	989 250
DA10	Despesa primária	21 150 767					21 150 767	19 957 478
DA11	Saldo corrente	2 951 957		23 001			2 974 958	1 263 862
DA12	Saldo de capital	1 316 210		475 362			1 791 572	1 274 612
DA13	Saldo primário	1 767 748		498 363			2 266 111	1 107 692
DA14	Recita total [1] + [2] + [3]	23 954 078		1 906 223	199 420		26 059 720	23 135 607
DA15	Despesa total [5] + [6]	21 751 996		-	-		21 751 996	20 564 880

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

RUBRICA	LIQUIDAÇÕES	CMCB	BV	ELIMINAÇÕES	2 024	2 023
		508 259,14	206 900,01	-	715 159	667 134
	Receita corrente					
R1	Receita fiscal	1 825,82	-	-	1 826	1 880
R1.1	Impostos diretos				0	0
R1.2	Impostos indiretos	1 825,82			1 826	1 880
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e				0	0
R3	Taxas, multas e outras penalidades	151 384,57			151 385	135 934
R4	Rendimentos de propriedade				0	0
R5	Transferências e subsídios correntes		-	-	0	0
R5.1	Transferências correntes				0	0
R5.1.1	Administrações Públicas				0	0
R5.1.2	Exterior - U E				0	0
R5.1.3	Outras				0	0
R5.2	Subsídios correntes				0	0
R6	Venda de bens e serviços	316 986,89	206 900,01		523 887	488 688
R7	Outras receitas correntes	38 061,86			38 062	40 633
	Receita de capital	-	-	-	0	0
R8	Venda de bens de investimento				0	0
R9	Transferências e subsídios de capital	-	-	-	0	0
R9.1	Transferências de capital	-	-	-	0	0
R9.1.1	Administrações Públicas				0	0
R9.1.2	Exterior - U E				0	0
R9.1.3	Outras				0	0
R9.2	Subsídios de capital				0	0
R10	Outras receitas de capital				0	0
RA04	Receita efetiva [2]	508 259,14	206 900,01	-	715 159	667 134
RA05	Receita não efetiva [3]	-	-	-	0	0
R12	Receita com ativos financeiros				0	0
R13	Receita com passivos financeiros				0	0
RA06	Receita Total [4]=[2]+[3]	508 259,14	206 900,01	-	715 159	667 134
RUBRICA	OBRIGAÇÕES				2 024	2 023
DA01	Despesa corrente	348 913,07	25 034,26	-	373 947	324 161
D1	Despesas com o pessoal	198 087,21	25 034,26	-	223 121	181 057
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	79 176,68	4 192,00		83 369	71 403
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	2 764,84			2 765	1 698
D1.3	Segurança social	116 145,69	20 842,26		136 988	107 956
D2	Aquisição de bens e serviços	150 825,86	-		150 826	143 104
D3	Juros e outros encargos				0	0
D4	Transferências e subsídios correntes	-	-	-	0	0
D4.1	Transferências correntes	-	-	-	0	0
D4.1.1	Administrações Públicas				0	0
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo				0	0
D4.1.3	Famílias				0	0
D4.1.4	Outras				0	0
D4.2	Subsídios Correntes				0	0
D5	Outras despesas correntes				0	0
DA02	Despesa de capital	17 899,79	-	-	17 900	58 207
D6	Aquisição de bens de capital	17 899,79			17 900	58 207
D7	Transferências e subsídios de capital	-	-	-	0	0
D7.1	Transferências de capital	-	-	-	0	0
D7.1.1	Administrações Públicas				0	0
D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo				0	0
D7.1.3	Famílias				0	0
D7.1.4	Outras				0	0
D7.2	Subsídios de capital				0	0
D8	Outras despesas de capital				0	0
DA03	Despesa efetiva [5]	366 812,86	25 034,26	-	391 847	382 368
DA04	Despesa não efetiva [6]	-	-	-	0	0
D9	Despesa com ativos financeiros				0	0
D10	Despesa com passivos financeiros				0	0
DA05	Despesa total[7]=[5]+[6]	366 812,86	25 034,26	-	391 847	382 368



3-DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

BALANÇO

RUBRICAS	31/12/2024 SNC-AP	31/12/2023 SNC-AP
ACTIVO		
Activos não correntes		
Activos fixos tangíveis	80 909 190	81 719 122
Activos intangíveis	10 300	20 411
Participações financeiras	477 925	477 925
Outros activos financeiros	16 816	17 181
Outras contas a receber	254 950	254 647
	81 669 181	82 489 286
Activo corrente		
Inventário	257 365	277 820
Activos biológicos	0	0
Devedores por transferencias e subsídios	42 814	0
Devedores por empréstimos bonificados	0	0
Cientes, contribuintes e utentes	453 189	418 902
Estado e outros entes públicos	23 298	8 676
Outras contas a receber	1 274 832	1 332 885
Diferimentos	15 868	670
Activos financeiros detidos para negociação	0	0
Outros activos financeiros	0	0
Caixa e depósitos	4 627 706	3 399 796
	6 695 072	5 438 748
Total do Activo	88 364 254	87 928 034
PATRIMÓNIO LÍQUIDO		
Patrimonio/Capital	50 568 191	50 568 191
Outros instrumentos de capital próprio	0	0
Prémios de emissão	0	0
Reservas	281 504	278 824
Resultados transitados	1 720 278	982 670
Ajustamentos em activos financeiros	0	0
Excedentes de revalorização	0	0
Outras variações no património líquido	30 569 770	28 908 707
Resultado líquido do período	-902 013	750 180
Interesses que não controlam	582 287	588 885
	82 820 017	82 077 457
PASSIVO		
Passivo não corrente		
Provisões	263 695	281 945
Financiamentos obtidos	1 899 883	2 740 731
Fornecedores de investimentos		
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		
Outras contas a pagar	197 490	211 908
	2 361 069	3 234 584
Passivo corrente		
Credores por transferencias e subsídios concedidos		
Fornecedores	351 356	377 278
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0	0
Estado e outros entes públicos	227 616	183 130
Financiamentos obtidos	456 437	0
Fornecedores de investimentos	0	5 867
Outras contas a pagar	1 977 370	1 879 327
Diferimentos	170 390	170 390
Passivos financeiros detidos para negociação	0	0
Outros passivos financeiros	0	0
	3 183 168	2 615 993
Total do passivo	5 544 237	5 850 576
	88 364 254	87 928 034

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31/12/2024	31/12/2023
		SNC-AP	SNC-AP
Impostos e taxas		3 057 648	2 854 090
Vendas		637 544	569 408
Prestações de serviços e concessões		2 671 199	2 563 506
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos		13 655 346	11 724 687
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		-1 331	-1 659
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade		270 359	253 605
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-769 437	-763 164
Fornecimentos e serviços externos		-6 301 762	-5 773 780
Gastos com pessoal		-10 093 167	-8 480 058
Transferências e subsídios concedidos		-1 839 573	-1 688 761
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0	0
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-4 248	0
Provisões (aumentos/reduções)		18 250	12 553
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0	0
Aumentos/reduções de justo valor		0	0
Outros rendimentos e ganhos		1 402 284	3 155 700
Outros gastos e perdas		-143 911	-75 809
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		2 559 202	4 350 320
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-3 338 450	-3 475 240
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-779 248	875 080
Juros e rendimentos similares obtidos		12 108	5 456
Juros e gastos similares suportados		-131 197	-123 699
Resultado antes de impostos		-898 338	756 836
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		-898 338	756 836
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe		-902 013	750 181
Interesses que não controlam		3 675	6 656

FLUXOS DE CAIXA

Rubricas	Notas	Anos	
		2024 SNC-AP	2023 SNC-AP
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		3 134 440 €	3 339 085 €
Recebimentos de contribuintes		2 161 930 €	2 035 875 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		12 994 126 €	11 115 529 €
Recebimentos de utentes		764 581 €	720 497 €
Pagamentos a fornecedores		-6 816 656 €	-6 805 419 €
Pagamentos ao pessoal		-9 726 156 €	-7 986 617 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-1 847 149 €	-1 018 539 €
Caixa gerada pelas operações		665 115 €	1 400 411 €
Outros recebimentos/pagamentos		1 921 627 €	517 197 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		2 586 743 €	1 917 608 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-2 558 909 €	-3 111 704 €
Pagamentos - Ativos fixos intangíveis		-1 347 €	-2 370 €
Pagamentos - Investimentos financeiros		-1 331 €	-3 859 €
Recebimentos provenientes de:		0 €	0 €
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		67 973 €	55 709 €
Recebimentos - Transferências de capital		2 683 768 €	2 812 652 €
Recebimentos - Investimentos financeiros		365 €	
Recebimentos - Juros e rendimentos similares		6 094 €	
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		190 153 €	-249 572 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos		72 026 €	-246 862 €
Recebimentos - Outras operações de financiamento		6 014 €	5 456 €
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-467 986 €	-487 302 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-134 247 €	-120 650 €
Pagamentos - Outras operações de financiamento		-1 031 253 €	-664 116 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-1 555 446 €	-1 513 474 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		1 221 450 €	154 562 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		3 399 796 €	3 245 234 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		4 627 706 €	3 399 796 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		3 399 796 €	3 245 234 €
Saldo da gerência anterior (SGA)		3 399 796 €	3 245 234 €
SGA De execução orçamental		2 665 079 €	2 411 776 €
SGA De operações de tesouraria		734 717 €	833 458 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		4 627 706 €	3 399 796 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		4 627 706 €	3 399 796 €
SGS De execução orçamental		3 868 759 €	2 665 079 €
SGS De operações de tesouraria		758 947 €	734 717 €

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais							Total	Interesses que não controlam	Total do Patrimônio Líquido
		Capital / Patrimônio Realizado	Outros Instrumentos de capital próprios	Reservas	Resultados Transfêridos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras variações no patrimônio líquido			
Posição no início do período	(1)	50 568 191	0	278 824	982 670		0	28 908 707	81 488 572	588 885	82 077 457
A alterações no período											
Pineira adoção do novo referencial contabilístico											
Transferências e subsídios de capital		0	0	2 680	737 608		0	1 661 063	1 651 171	-10 273	1 640 898
Outras Alterações Reconhecidas no Patrimônio Líquido	(2)	0	0	2 680	737 608	0	0	1 661 063	1 651 171	-10 273	1 640 898
Resultado Líquido do Período	(3)								-902 013	3 675	-898 338
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)								749 158	-6 598	742 560
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	(5)										
Subscrições de capital/patrimônio											
Entradas para cobertura de perdas											
Outras operações									0		0
Posição no fim do período	(6)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)	50 568 191	0	281 504	1 720 278	0	0	30 569 770	82 237 730	582 287	82 820 017



4- ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



Período de relato e referencial contabilístico

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e surgiu da necessidade de se dispor de um sistema contabilístico que responda às exigências de um adequado planeamento, relato e controlo financeiro, que contribua decisivamente para o rigor e transparência na gestão pública.

As demonstrações financeiras e demais elementos de prestações de contas relativos ao exercício de 2024 foram preparados de acordo com o novo referencial contabilístico - SNC-AP. No que se refere à contabilidade de gestão, persistem ainda limitações quanto ao cumprimento de todos os requisitos previstos na NCP 27, o que prejudica a qualidade e nível de detalhe das divulgações incluídas no Relatório de Gestão/Atividades, numa perspetiva analítica.

De referir que, na sequência do trabalho realizado ao nível do imobilizado, ainda existem algumas limitações quanto ao seu reconhecimento integral na contabilidade, no entanto, no ano de 2024, já se encontra refletido uma pequena parte deste trabalho, no que respeita as contas, 45.3.2.1.2.2/45.3.2.1.2.3/45.3.2.1.2.4., regularizadas pelo valor de 161.099 euros, por contrapartida da conta de resultados transitados.

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista no SNC-AP, que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

Nota 1 - Entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas

1.1 - Entidades incluídas na consolidação

Denominação	Sede Social	Capital Social	Participação	% Controlo		Obs.
				Direto	Indireto	
Município de Cabeceiras de Basto	Praça da República n.º 467 4860- 355 Cabeceiras de Basto					a)
Regie Cooperativa "Terra + Verde"	Praça da República 4860- 355 Cabeceiras de Basto	100 000,00 €	65 000,00 €	65,00%		b)
Basto Vida- Serviços de Ação Social e Cuidados de Saúde Cooperativa IPR, Lda	Praça da República 4860- 355 Cabeceiras de Basto	2 500,00 €	2 000,00 €	80,00%		b)

- a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas
- b) Entidade controlada pelo Município de Cabeceiras de Basto

1.2 - Entidades não incluídas na consolidação

Denominação	Sede Social	Capital Social	Participação	% Controlo		Obs.
				Direto	Indireto	
Município, SA	TAGUSPARK-Edif. Ciência II n.º 11 3.º B 2740-120 Porto Salvo	3 236 678,67 €	4 987,98 €	0,15%		
ADR	Apartado 60 4600 Amarante	500 000,00 €	29 326,83 €	4,45%		
TCR - Desenv. e Promoção de Turismo Cultural e Religioso, CRL	Av. General Norton de Matos n.º 50, 1º 4700-387 Braga	182 625,00 €	5 000,00 €	2,85%		
RESINORTE	Codessoso, Apartado 27 4890- 166 Celorico de Basto	8 000 000,00 €	70 348,00 €	0,88%		

1.3- Caixa e depósitos

Para efeitos de caixa e equivalentes são considerados os valores em numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis. A Caixa e seus equivalentes no dia 31 de dezembro de 2024 tem a seguinte composição:

Conta	31/12/2024		31/12/2023	
Caixa		5 059 €		16 775 €
Depósitos à ordem		4 122 647 €		3 383 021 €
Depósitos bancários à ordem	3 671 227 €		2 955 416 €	
Depósitos a prazo		500 000 €		
Depósitos consignandos				
Depósitos de garantias e cauções	451 420 €		427 606 €	
Total de caixa e depósitos		4 627 706 €		3 399 796 €

De referir que, a Régie Cooperativa Basto Vida e a Terra Mais Verde, ambas se enquadram no perímetro de consolidação financeira, sendo que, para efeitos de consolidação orçamental, apenas integra o perímetro de consolidação a Régie Cooperativa Basto Vida (o que explica as diferenças existentes no Mapa de Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental e Mapa de Fluxos de Caixa, relativamente ao saldo de caixa e seus equivalentes, no fim e início do período).

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras consolidadas e demais elementos de prestações de contas relativos ao exercício de 2024 foram preparados de acordo com o novo referencial contabilístico - SNC-AP.



Ativos fixos tangíveis

A avaliação dos ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2000 (data de transição para o POCAL) foi realizada da seguinte forma:

Os bens imóveis, bens do domínio público e outras infraestruturas foram registados de acordo com o custo de aquisição e na sua impossibilidade foram efetuadas avaliações por parte de uma equipa multidisciplinar.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos a partir de 1 de janeiro de 2001 até 1 de janeiro de 2020 (data de transição para SNC-AP) encontram-se mensurados ao seu custo de aquisição, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, deduzido das depreciações e das eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Após 1 de janeiro de 2020, os ativos fixos tangíveis adquiridos, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As despesas com a conservação e manutenção que não aumentem a vida útil nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Município, ou seja, quando aumentam a vida útil dos ativos ou resultem em benfeitorias ou melhorias significativas.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar. As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico, na data da alienação ou abate, e são registadas na Demonstração dos resultados por natureza nas rubricas de «Outros rendimentos» ou «Outros gastos».

Os terrenos não são depreciáveis. As depreciações dos restantes ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, após a dedução do seu valor residual.

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido.

Para calcular as depreciações, é utilizado o método das quotas constantes.

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando as taxas constantes no CC2.



Participações financeiras

As participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo.

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando as taxas constantes no CC2.

Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das partes por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a entidade não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante o ano de 2024.

Nota 3- Ativos Intangíveis

Os bens do ativo fixo intangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicial quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. Para calcular as depreciações, é utilizado o método das quotas constantes. Os ativos intangíveis, apenas são reconhecidos, se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço para a entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos.

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos intangíveis, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando as taxas constantes no CC2.

Quadro - Ativos fixos intangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Rubricas [1]	Início do Período				Final do Período			
	Quantia bruta [2]	Depreciações Acumuladas [3]	Perdas por Imparidade [4]	Quantia Escriturada [5]=[2]-[3]-[4]	Quantia bruta [6]	Depreciações Acumuladas [7]	Perdas por Imparidade [8]	Quantia Escriturada [9]=[6]-[7]-[8]
Ativos Intangíveis	48 254 €	27 844 €	0 €	20 411 €	48 254 €	37 954 €	0 €	10 300 €
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento								
Programas de computador e sistemas de Informação	48 254 €	27 844 €	0 €	20 411 €	48 254 €	37 954 €	0 €	10 300 €
Propriedade industrial e intelectual								
Outros								
Ativos intangíveis em curso								
TOTAL	48 254 €	27 844 €	0 €	20 411 €	48 254 €	37 954 €	0 €	10 300 €

Quadro - Quantia escriturada e movimentos do período

Rubrica	Designação	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final	
			Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais		Diminuições
	Ativos Intangíveis	20 411 €						-10 110 €			10 300 €
AI1	Ativos Intangíveis de domínio público,										
AI2	Goodwill										
AI3	Projetos de desenvolvimento										
AI4	Programas de computador e sistemas de	20 411 €						-10 110 €			10 300 €
AI5	Propriedade Industrial e Intelectual										
AI6	Outros										
AI7	Ativos Intangíveis em curso										
TOTAL		20 411 €						-10 110 €			10 300 €

Quadro 3.2 A - Ativos fixos intangíveis - Adições

Sem registos a relatar

Quadro 3.2 B - Ativos fixos intangíveis - Diminuições

Sem registos a relatar

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com a informação fundamental. Estes contratos referem-se somente ao Município de Cabeceiras de Basto.

Acordo de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão	EDP Distribuição, S.A.	-	20 A	-	-	-	-

Não foi possível a aplicação da NCP 4, a qual requeria que o Município efetuasse o registo de todos os ativos incluídos na concessão (e registados pela concessionária como ativo intangível) no seu ativo fixo tangível. Tal revelou-se inexecutável por falta de informação da concessionária acerca dos bens incluídos na concessão, com o necessário rigor e detalhe, para o Município poder efetuar os correspondentes registos contabilísticos, nos termos previstos no normativo aplicável (NCP 4).

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

No período findo a 31 de dezembro de 2024, o detalhe da quantia escriturada dos ativos tangíveis consolidados, bem como as respetivas depreciações acumuladas, é o seguinte:

Quadro 5.1- Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta '(1)	Depreciações Acumuladas '(2)	Perdas por Imparidade acumuladas '(3)	Quantia Escriturada '(4)='(1)-'(2)-'(3)	Quantia Bruta '(5)	Depreciações Acumuladas '(6)	Perdas por Imparidade acumuladas '(7)	Quantia Escriturada '(8)='(5)-'(6)-'(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	687 286 €	1 048 €		686 238 €	688 437 €	2 096 €		686 341 €
Edifícios e outras construções	6 315 219 €	2 895 973 €		3 419 246 €	6 396 417 €	3 152 510 €		3 243 907 €
Infraestruturas	92 395 333 €	64 801 156 €		27 594 178 €	93 144 976 €	66 656 721 €		26 488 255 €
Património histórico, artístico e cultural	1 845 €			1 845 €	40 153 €			40 153 €
Outros	1 112 209 €	240 244 €		871 966 €	1 112 945 €	252 106 €		860 840 €
Bens de domínio público em curso				- €				- €
	100 511 892 €	67 938 420 €	- €	32 573 472 €	101 382 929 €	70 063 434 €	- €	31 319 496 €
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Património histórico, artístico e cultural								
Outros								
Ativos fixos em concessão em curso								
	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	6 449 624 €			6 449 624 €	6 685 228 €			6 685 228 €
Edifícios e outras construções	35 760 374 €	10 511 396 €		25 248 978 €	36 830 097 €	11 240 584 €		25 589 513 €
Equipamento básico	1 147 783 €	903 968 €		243 816 €	1 251 549 €	997 326 €		254 223 €
Equipamento de transporte	2 169 393 €	1 679 779 €		489 614 €	2 360 914 €	1 868 317 €		492 597 €
Equipamento administrativo	1 699 055 €	1 607 573 €		91 482 €	1 758 435 €	1 627 884 €		130 551 €
Equipamentos biológicos				- €				- €
Outros	4 322 218 €	3 585 599 €		736 618 €	4 382 356 €	3 636 618 €		745 738 €
Ativos fixos tangíveis em curso	15 808 511 €			15 808 511 €	15 664 775 €			15 664 775 €
Adiantamento por conta de investimentos	77 008 €			77 008 €	27 070 €			27 070 €
	67 433 965 €	18 288 314 €	- €	49 145 650 €	68 960 425 €	19 370 730 €	- €	49 589 694 €
Total	167 945 857 €	86 226 735 €	- €	81 719 122 €	170 343 354 €	89 434 164 €	- €	80 909 190 €

Quadro 5.2- Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Final do período								Quantia Escriturada Final
		Adições	Transferências Internas à Entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Depreciações do Período	Diferenças Cambiais	Diminuições	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10) = (1) + (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) - (9)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Terrenos e recursos naturais	686 238 €	1 151 €					-1 048 €			686 341 €
Edifícios e outras construções	3 419 246 €	31 584 €	49 614 €				-256 537 €			3 243 907 €
Infraestruturas	27 594 178 €	83 100 €	666 542 €				-1 855 566 €			26 488 255 €
Património histórico, artístico e cultural	1 845 €		38 308 €							40 153 €
Outros	871 966 €	737 €					-11 863 €			860 839 €
Bens de domínio público em curso	-00 €									-00 €
	32 573 472 €	116 572 €	754 465 €	-00 €	-00 €	-00 €	-2 125 013 €	-00 €	-00 €	31 319 496 €
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Património histórico, artístico e cultural										
Outros										
Ativos fixos em concessão em curso										
	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	6 449 624 €	135 604 €	100 000 €							6 685 228 €
Edifícios e outras construções	25 248 978 €	26 763 €	1 044 466 €				-730 694 €			25 589 513 €
Equipamento básico	243 815 €	110 475 €	794 €				-99 142 €		-1 718 €	254 223 €
Equipamento de transporte	489 614 €	201 522 €					-198 538 €			492 597 €
Equipamento administrativo	91 482 €	74 688 €					-35 548 €		-71 €	130 551 €
Equipamentos biológicos	-00 €									-00 €
Outros	736 618 €	37 063 €	27 413 €				-55 357 €			745 737 €
Ativos fixos tangíveis em curso	15 808 511 €	1 464 131 €	-1 607 867 €						-49 938 €	15 664 775 €
Adiantamento por conta de investimentos	77 008 €									27 070 €
	49 145 650 €	2 050 246 €	-435 194 €	-00 €	-00 €	-00 €	-1 119 279 €	-00 €	-51 727 €	49 589 695 €
Total	81 719 122 €	2 166 818 €	319 271 €	-00 €	-00 €	-00 €	-3 244 292 €	-00 €	-51 727 €	80 909 190 €

Quadro 5.2A- Ativos fixos tangíveis - Adições

Rubricas	Adições										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, Herança, Legado ou Perdido a favor do Estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11) = (1) + (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais		1 151 €									1 151 €
Edifícios e outras construções		31 584 €									31 584 €
Infraestruturas	4 487 €	78 613 €									83 100 €
Património histórico, artístico e cultural											-00 €
Outros		737 €									737 €
Bens de domínio público em curso											-00 €
	4 487 €	112 085 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	116 572 €
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Património histórico, artístico e cultural											
Outros											
Ativos fixos em concessão em curso											
	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais		135 604 €									135 604 €
Edifícios e outras construções		26 763 €									26 763 €
Equipamento básico	79 536 €	30 940 €									110 475 €
Equipamento de transporte	170 948 €	30 574 €									201 522 €
Equipamento administrativo	60 720 €	13 968 €									74 688 €
Equipamentos biológicos											-00 €
Outros	37 063 €										37 063 €
Ativos fixos tangíveis em curso		1 464 131 €									1 464 131 €
Adiantamento por conta de investimentos											-00 €
	348 266 €	1 701 980 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	2 050 246 €
Total	352 753 €	1 814 065 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	2 166 818 €

Quadro 5.2 B- Ativos fixos tangíveis - Diminuições

Rubricas	Diminuições					
	Alienação a Título Oneroso	Transferência ou Troca	Devolução ou Reversão	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	Total
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais						-00 €
Edifícios e outras construções						-00 €
Infraestruturas						-00 €
Património histórico, artístico e cultural						-00 €
Outros						-00 €
Bens de domínio público em curso						-00 €
	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €
Ativos fixos em concessão						-00 €
Terrenos e recursos naturais						-00 €
Edifícios e outras construções						-00 €
Infraestruturas						-00 €
Património histórico, artístico e cultural						-00 €
Outros						-00 €
Ativos fixos em concessão em curso						-00 €
	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €
Outros ativos fixos tangíveis						-00 €
Terrenos e recursos naturais						-00 €
Edifícios e outras construções						-00 €
Equipamento básico					-1 719 €	-1 719 €
Equipamento de transporte						-00 €
Equipamento administrativo					-71 €	-71 €
Equipamentos biológicos						-00 €
Outros						-00 €
Ativos fixos tangíveis em curso					-49 938 €	-49 938 €
	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-51 727 €	-51 727 €
Total	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-51 727 €	-51 727 €

Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2024 o detalhe da rubrica de financiamento obtido consolidado, é o seguinte:

Designação	31/12/2024	31/12/2023
Juros e gastos similares suportados	131 197	123 699
Total	131 197	123 699

Estes valores referem-se somente ao Município de Cabeceiras de Basto

Nota 9- Imparidade de ativos

Rubricas	2024	2023
Utentes CC	4 248	0
Total	4 248	0

Estes valores referem-se somente à Régie Cooperativa Basto Vida



Nota 10- Inventários

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante o ano de 2024.

Informação dos valores da conta de inventários e movimentos ocorridos no período:

Rubrica	Quantia escriturada inicial (19)	Movimentos do período							Quantia escriturada final (19) + (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8)
		Compras Líquidas (2)	Consumos /gastos (3)	Variações nos inventários da produção (4)	Perdas por imparidade (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Outras reduções de inventários (7)	Outros aumentos de inventários (8)	
Mercadorias									
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	277 820 €	748 983 €	769 437 €						257 365 €
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
Total	277 820 €	748 983 €	769 437 €	- €	- €	- €	- €	- €	257 365 €

Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

As notas têm por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido
(1)	(2)
Prestação de serviços	2 671 199,56 €
Saneamento	
Resíduos Sólidos	428 903,89 €
Transportes Coletivos de Pessoas e Mercadorias	
Trabalhos por Conta de Particulares	6 950,30 €
Cemitérios	17 148,17 €
Parques de Estacionamento	
Serviços Sociais	282 114,27 €
Serviços Sociais	188 703,48 €
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	93 410,79 €
Serviços Culturais	
Serviços de saúde	1 147 488,80 €
Vistorias e ensaios	
Aluguer de equipamentos	
Outros serviços	788 594,13 €
Outros serviços	787 881,49 €
Outros	712,64 €
Venda de bens	637 544,36 €
Água	
Outras mercadorias	3 038,27 €
Produtos acabados e intermédios	634 506,09 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	
Juros	
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	
Royalties	
Dividendos ou distribuições similares	6 013,91 €
Outros	1 364 954,88 €
Ganhos em inventários	132,23 €
Alienações Ativos fixos tangíveis	67 706,50 €
Sinistros	
Outros rendimentos	1 297 116,15 €
Outros rendimentos	73 386,95 €
Correções relativas a períodos anteriores	24 587,72 €
Outros não especificados	114 134,56 €
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	1 085 006,92 €
TOTAL	4 679 712,71 €

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

Tipo de rendimento			Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
Impostos diretos	1 545 797,00 €				
Derrama	2 851,33 €				
Imposto municipal sobre imóveis	1 067 478,87 €				
Imposto único de circulação	475 466,80 €				
Impostos indiretos	622 653,93 €				
Publicidade	1 766,51 €				
Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)	3 776,78 €				
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	617 110,64 €				
Taxas	880 258,51 €				
Mercados e feiras	109 902,53 €				
Loteamentos e obras	266 952,93 €				
Ocupação da via pública	45 801,34 €				
Saneamento	431 246,54 €				
Outras	19 215,17 €				
Caça e pesca	7 140,00 €				
Multas e outras penalidades	8 938,19 €				
Juros de mora	3 963,31 €				
Coimas e penalidades por contraordenações	4 728,00 €				
Outras multas e penalidades	246,88 €				
Transferências sem condição	9 878 033,99 €				
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	7 708 931,00 €				
Fundo Social Municipal (FSM)	463 758,00 €				
Participação no IRS	173 812,00 €				
Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013	893 434,88 €				
Outras	221 123,21 €				
Transferências de competências - Lei n.º 50/2018	258 650,00 €				
Participação do IVA	142 074,90 €				
Instituições sem fins lucrativos	16 250,00 €				
Transferências com condição	3 671 334,72 €				
Subsídios sem condição	104 997,16 €				
Subsídios com condição	- €				
Legados, ofertas e doações	- €				
Outros	980,17 €			42 813,81 €	
TOTAL	16 712 993,67 €			42 813,81 €	

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

O valor das provisões ascende a 263.695 euros, valor que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.

Rubricas	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(9)
		Reforços (2)	Aumentos da quantia descontada (3)	Outros aumentos (4)	Total de aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	Total de diminuições (9)=(6)+(7)+(8)	
Impostos, contribuições e taxas					- €				- €	- €
Garantias a clientes					- €				- €	- €
Processos judiciais em curso	281 945 €				- €			18 250 €	18 250 €	263 695 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais					- €				- €	- €
Matérias ambientais					- €				- €	- €
Contratos onerosos					- €				- €	- €
Reestruturação e reorganização					- €				- €	- €
Outras provisões					- €				- €	- €
TOTAL	281 945 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	18 250 €	18 250 €	263 695 €

Nota 20 - Divulgação das partes relacionadas

Quadro 20.1 - Divulgação de partes relacionadas - Listagem de entidades controladas

Designação	Tipo de Entidade	Morada	Capital Social	Participação	%Controlo		Controlo final
					Direto	Indireto	
Basto Vida- Serviços de Acção Social e Cuidados de Saúde -Cooperativa IPR,Lda	Cooperativa IPR,Lda	Cabeceiras de Basto	2 500 €	2 000 €	80%		80%
Régie-Cooperativa - Terra Mais Verde	Régie-Cooperativa	Cabeceiras de Basto	100 000 €	65 000 €	65%		65%

Quadro 20.2 - Divulgação de partes relacionadas - Transações entre partes relacionadas

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período
		Tipo	Quantia	% no total das transações	
Basto Vida- Serviços de Acção Social e Cuidados de Saúde -Cooperativa IPR,Lda	Entidade Controlada	Contrato-Programa	533 052 €	100%	- €

Nota 23 - Outras divulgações

23.1 - Estado e Outros Entes Públicos

Em 31/12/2024, as rubricas de Estado e outros entes públicos apresenta a seguinte composição:

Estado e outros entes públicos	31/12/2024		31/12/2023	
	SalDOS devedores	SalDOS credores	SalDOS devedores	SalDOS credores
Retenção de impostos sobre rendimentos		32 835		30 436
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	23 298		8 676	8
Outros impostos		6		6
Contribuições para sistemas de protecção social e subsistemas de saúde		193 897		151 802
Outras tributações		879		879
Total	23 298	227 616	8 676	183 130

23.2 - Outras Contas a Receber e a Pagar

Detalhe da rubrica de Outras contas a receber e a pagar:

Outras contas a receber e a pagar	31/12/2024	31/12/2023
Saldo a receber	1 770 835	1 751 787
Cientes, contribuintes e utentes	453 189	418 902
Devedores por transferências e subsídios	42 814	0
Outros devedores e credores	1 274 832	1 332 885
Saldo a pagar	2 328 726	2 262 472
Fornecedores	351 356	377 278
Fornecedores de investimento	0	5 867
Outros devedores e credores	1 977 370	1 879 327
Outros passivos financeiros	0	0

23.3 - Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de fornecimentos e serviços externos a 31 de dezembro tinha a seguinte composição:

Fornecimentos e serviços externos	31/12/2024	31/12/2023
Subcontratos e parcerias	0	0
Serviços especializados	1 952 188	1 677 533
Materiais de consumo	413 560	368 328
Energia e fluidos	1 554 532	1 431 375
Deslocações, estadas e transportes	8 000	7 484
Serviços diversos	2 373 482	2 289 061
Total	6 301 762	5 773 780

23.4 - Gastos com pessoal

Em 31 de Dezembro de 2024, o saldo da conta gastos com pessoal, decompõe-se da seguinte forma:

Gastos com pessoal	31/12/2024	31/12/2023
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	195 027	187 281
Remunerações do pessoal	7 927 898	6 415 525
Encargos sobre remunerações	1 803 481	1 506 213
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	86 991	75 935
Outros gastos com o pessoal	61 105	273 577
Outros encargos sociais	18 665	21 526
Total	10 093 167	8 480 057

23.5 - Transferências e subsídios concedidos

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Transferências e subsídios concedidos	808 396	1 018 664
Subsídios correntes concedidos		
Transferências de capital concedidas	1 031 177	670 097
Total	1 839 573	1 688 760

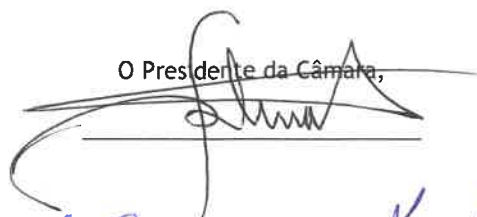
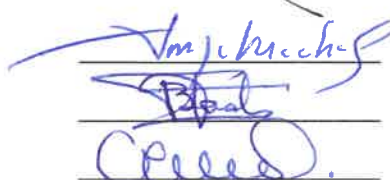
Nota Final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Grupo Municipal ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

APROVAÇÃO PELA CÂMARA MUNICIPAL

O presente processo referente à Consolidação de Contas do ano de 2024, foi aprovado por _____, pela Câmara Municipal, de harmonia com o disposto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela legislação posterior, na sua reunião realizada no dia 13 junho, para ser presente à Assembleia Municipal.

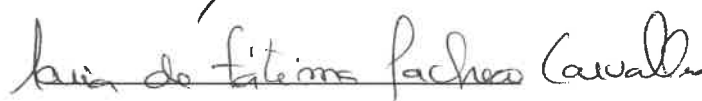
O Presidente da Câmara,

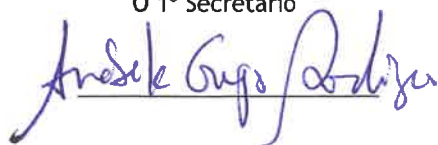

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

As Contas Consolidadas, referentes ao ano de 2024, que antecedem, foram presentes e apreciadas em sessão ordinária da Assembleia Municipal, que se realizou em 20/06/2025, tendo todas as folhas e anexos sido rubricados pelos elementos da mesa, que abaixo assinam.

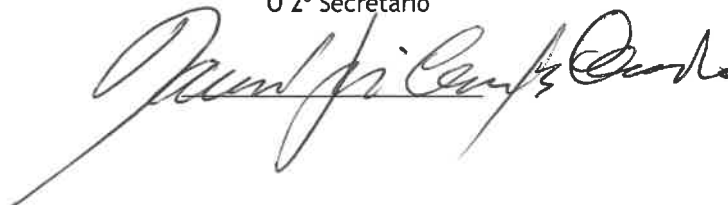
O Presidente



O 1º Secretário



O 2º Secretário





G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Município de Cabeceiras de Basto** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 88 364 254 euros e um total de património líquido de 82 820 017 euros, incluindo um resultado líquido negativo atribuível aos detentores do capital da entidade-mãe de 902 013 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **Município de Cabeceiras de Basto** em 31 de dezembro de 2024, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

1. Conforme referido nas Certificações Legais das Contas de exercícios anteriores, persistem limitações quanto à plenitude e rigor dos registos contabilísticos referentes à rubrica de ativos fixos tangíveis e correspondentes subsídios ao investimento (relevados no património líquido). Deste modo, consideramos ainda não dispor da prova de auditoria suficiente e apropriada para apurar e quantificar a eventual necessidade de ajustamentos no ativo e património líquido (resultados transitados, outras variações no património líquido) do Grupo decorrentes da situação descrita, bem como os correlativos efeitos no resultado do exercício de 2024, quer ao nível das depreciações, quer ao nível dos rendimentos referentes a trabalhos para a própria entidade e à imputação dos subsídios.
2. Conforme divulgado no Relatório e Contas, ainda não foi obtida informação suficientemente completa e detalhada sobre a concessão da E-redes acerca dos ativos incluídos, o que tem impossibilitado o Grupo de proceder aos registos contabilísticos e às divulgações necessárias para dar integral cumprimento à NCP 4 – Acordos de concessão: concedente. Assim, não nos é possível apurar os eventuais ajustamentos decorrentes da situação exposta para as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, no ativo (rubrica de ativos fixos tangíveis), no passivo (rubrica de

17.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & J. AMORIM, SROC, LDA

diferimentos), no património líquido (resultados transitados) e no resultado líquido do período.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório consolidado de gestão, nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

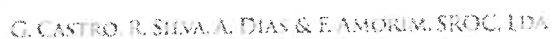


G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, Lda

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.

Handwritten signature or mark.



Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relatório sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificamos incorreções materiais, exceto quanto ao facto de não ter sido ainda cumprido de forma integral o previsto na NCP 27 – Contabilidade de Gestão, em particular o seu parágrafo 34.

Braga, 12 de junho de 2025.

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda.
(SROC 153; CMVM 20161463)
Representada por

Thrombin

Fátima Amorim (ROC 1279; CMVM 20160890)



Na qualidade de auditores externos nomeados nos termos do artº.77º, nº.2, da Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro, incumbe-nos emitir parecer sobre as **Contas Consolidadas do Município de Cabeceiras de Basto** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

a) as contas sobre as quais nos pronunciamos são as contas consolidadas do Município;

b) à semelhança dos exercícios anteriores, o desenvolvimento dos nossos trabalhos contou com a colaboração dos responsáveis das diferentes áreas do Município, em particular da área contabilística, quer ao nível da disponibilização dos elementos solicitados, quer no esclarecimento das questões que entendemos pertinentes sobre o processo de consolidação.

- a) à verificação da regularidade dos livros, registos e respetivos suportes documentais;
- b) à verificação dos valores patrimoniais do Município e demais entidades incluídas no perímetro de consolidação;
- c) à análise das demonstrações financeiras consolidadas e demais documentos de prestação de contas, à luz dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adotados;
- d) à análise das demonstrações orçamentais consolidadas, tendo em conta as obrigações legais/regulamentares aplicáveis.

a) a contabilidade, as demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações orçamentais consolidadas e o relatório consolidado de gestão satisfazem as disposições legais e refletem a atividade, bem como a situação patrimonial, financeira e orçamental do Grupo no exercício em causa, nos termos da opinião e das observações incluídas na certificação legal das contas consolidadas, emitida por nós na presente data;



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC Lda

- b) verificamos que, de um modo geral, foi seguido pelo Município o enquadramento previsto na NCP 22 – *Norma de Contabilidade Pública sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas* e NCP 26 - *Norma de Contabilidade Pública sobre a Contabilidade e Relato Orçamental*, com vista à elaboração das demonstrações financeiras e orçamentais consolidadas e demais elementos de prestação das contas consolidadas.

4. Face ao descrito nos pontos anteriores, somos de parecer que:

- a) as contas consolidadas do Município e o respetivo relatório consolidado de gestão, que devem ser vistos à luz dos esclarecimentos que esses mesmos documentos integram, bem como da certificação legal das contas consolidadas e das notas anteriores, merecem globalmente uma apreciação positiva.

Devemos, por último, salientar e agradecer o espírito de colaboração demonstrado pelo órgão executivo e por todos os responsáveis e colaboradores envolvidos.

Braga, 12 de junho de 2025.

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda.

(SROC 153; CMVM 20161463)

Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279; CMVM 20160890)